TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO CEARÁ: EDUCAÇÃO, CULTURA E LUTAS SOCIOAMBIENTAIS

David da Silva [1], Ivan Costa Lima [2]

RESUMO

O estudo objetiva investigar os territórios quilombolas no Ceará que estão passando pelo processo de certificação,demarcação e titularização empreendidas por órgãos federais. Políticas que nos levam a problematizar a situação da população negra na região, produzindo-se conhecimentos sobre os caminhos traçados pelas comunidades quilombolas na implementação de igualdade racial no estado, suas relações com a educação, a cultura e o desafio em suas afirmações como comunidades e povos tradicionais,tendo em vista as poucas pesquisas desenvolvidas na região. Para tanto, para alcançar este conhecimento metodologicamente utilizaremos da pesquisa participante e da história oral para captar as dinâmicas utilizadas por estes sujeitos, através da utilização do registro audiovisual de suas participações dentro e fora das comunidades. Espera-se construir conhecimentos, que contribuam em dar visibilidade a população negra nesta região, subsidiando a universidade e a sociedade abrangente com o reconhecimento das comunidades quilombolas cearenses, suas histórias, memórias, formas de agir e pensar sobre as relações raciais dentro da Educação brasileira.

Palavras-chave:

Quilombolas. Educação. Reconhecimento.

[1] IH, UNILAB, Discente, e-mail: davsilva28@gmail.com
[2] UNILAB, IH, Docente, e-mail: ivanlima@unilab.edu.br

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa situa-se no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica, Pibic-Unilab (Edital PROPPG 03-2017), vinculado ao Grupo de pesquisa África-Brasil: Produção de Conhecimento, Sociedade Civil, Desenvolvimento e Cidadania Global, vinculado a linha de pesquisa "Pedagogias das Relações Étnico-Raciais: territórios, religiosidades e intelectualidades", credenciado junto ao CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). O estudo objetiva investigar os territórios quilombolas no Ceará que estão passando pelo processo de certificação, demarcação e titularização, tendo em vista as poucas pesquisas desenvolvidas na região. Assim, é necessário problematizar a situação da população negra na região, produzindo-se conhecimentos sobre os caminhos traçados pelas comunidades quilombolas na implementação de igualdade racial no estado, suas relações com a educação, a cultura e o desafio em suas afirmações como comunidades e povos tradicionais (NASCIMENTO, 2013). O estudo busca problematiza o modelo de desenvolvimento dominante que causa impactos sistemáticos nas comunidades e povos tradicionais, causando o que se tem chamado de racismo ambiental (ACSERALD; HERCULANO; PÁDUA, 2004), por recair sobre os territórios dos grupos étnicos e raciais. Isto significa, na atual conjuntura, que compete à educação contribuir em romper com esses resquícios de não se considerar os conhecimentos promovidos na forma de organização dos movimentos sociais, em especial aqueles ligados as culturas de base africana (CUNHA, 2011). No mundo da política, tem-se assunção do estatuto da igualdade racial, cotas e a obrigatoriedade de estudos sobre história e cultura africana e afro-brasileira como políticas públicas destinadas a esta categoria, e da organização que se faz necessária à população negra como um todo. Em 2008, aprovou-se o Plano de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações étnico-raciais, bem como o advento de diferentes proposições pedagógicas produzidas pelo movimento negro (LIMA, 2009). Em síntese, atribui-se as universidades responsabilidades fundamentais para a construção do processo de educação das relações étnico-raciais prevista nas Diretrizes Nacionais, que exigem mudanças profundas nas instituições de ensino superior. Assim, espera-se mudanças significativas nos processos de ensino-aprendizagem e nos conteúdos educacionais que dizem respeito a população negra no Ceará.

METODOLOGIA

A partir do que foi dito, situa-se os diferentes sujeitos, considerando o contexto histórico, suas origens e as relações sociais que se estabeleceram em suas trajetórias. As fontes orais trazem importantes contribuições na produção acadêmica (ALBERTI, FERNANDES, FERREIRA, 2000) pois, fontes da história não se resumem apenas documentos escritos, mas também ao estudo do cotidiano, na história contada, na história oral, que documentos escritos, mas também no estudo do cotidiano, na história contada, na história oral, que dá autenticidade à história do presente. Articulado a esta matriz inicial utilizou-se outros referenciais metodológicos para apreender as formas organizativas da população negra na região, especialmente, a pesquisa participante, como conhecimento coletivo produzido a partir das condições de vida de pessoas, grupos e classes populares (BRANDÃO, 1999, p. 10). Desta forma, articula-se diferentes modalidades como entrevistas semiestruturadas e investigações nos lugares de participação desses sujeitos sociais, tendo como técnicas filmagem e registro fotográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Ceará para compreender e conhecer os quilombos é necessário superar as ausências históricas, reconhecendo dinâmicas diferenciadas em suas formas de ocupação, que incluem: emigração da zona rural para urbana ou suburbana, as fugas com ocupação de terras geralmente isoladas e desocupadas, heranças, doações, recebimento de terras como formas de pagamentos de serviços prestados ao Estado (DANTAS,2011, p.264). Como sugere Calaça (2011) as comunidades quilombolas fazem parte de lutas pelo direito à terra e ao patrimônio cultural, e se encontram fora dos processos educativos na constituição do Ceará. Neste sentido, a

educação para as relações étnico-raciais propõe um espaço de práticas de cidadania e respeito ao outro, direcionando o desafio da superação da marcante desigualdade social que existe entre negros e brancos no caso brasileiro. Isto implica que a comunidade antes excluída tem o dever de se manifestar e lutar por seus direitos e deveres, em prol de uma educação de fato inclusiva e democrática. Dentro desta concepção que se começa a discutir a educação quilombola, como possibilidade de introduzir seus saberes e formas de viver, que se articulam com um legado africano. Desta forma, compreender a partir dos quilombos cearenses sua cosmovisão, aprofundar e divulgar o conhecimento sobre os povos e suas relações com o Continente africano. Isso significa, como bem nos lembra Fanon (1997), romper com o estatuto colonial herdado com a escravidão, o extermínio físico, psicológico, simbólico de povos indígenas, bem como dos negros africanos e de seus descendentes. Em termos oficiais pode-se encontrar dados sobre as comunidades quilombolas no Ceará de um lado pela Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), que realiza, desde 2009, o mapeamento das comunidades quilombolas cearenses. De outro lado, há também o acompanhamento da Ceppir (Coordenadoria de Igualdade Racial do estado do Ceará), que abriu espaço para a constituição do Grupo de trabalho quilombola, como possibilidade de discutir políticas públicas para a efetivação dos processos de certificação e da educação quilombola no Ceará. Em termos de movimento social tem-se a que parte das comunidades quilombolas estão organizadas em torno da Comissão Estadual de Comunidades Quilombolas Rurais do Ceará (CERQUICE) criada em 2005, que tem acompanhado as comunidades quilombolas pelo Estado. Na atualidade a CERQUICE reconhece a existência de 70 comunidades quilombolas, sendo que nem todas estão certificadas. O órgão responsável pela certificação é a Fundação Cultural Palmares, ligado ao Ministério da Cultura, sendo responsável pelo reconhecimento das comunidades quilombolas por todo o Brasil. No Ceará a Fundação Palmares, de acordo com a portaria 268/2017 de 02/10/2017, registra a certificação de 49 comunidades no estado, sendo que a data de abertura do primeiro processo é de 2004, no município de Tururu da comunidade de Água Preta, no norte do Ceará. As comunidades estão localizadas em 32 municípios nos territórios: Cariri (CARTILHA,2011), José de Alencar, Litoral Leste, Maciço de Baturité, Sertão Central, Inhamuns, Crateús, Sobral, Vales do Curu/Aracatiaçu e Vale do Jaguaribe, caracterizando a presença negra por quase todo o estado desfazendo a ausência histórica ainda existente. Tem- se que duas comunidades estão titularizadas: Sítio Arruda, no município de Araripe, região do Cariri. Boqueirão de Araras, Caucaia com processo aberto. Possibilidade de titulação da comunidade de Encantados do Bom Jardim e Lagoa das Pedras, no município de Tamboril. A partir disto, como parte deste estudo buscamos acompanhar a mobilização das comunidades quilombolas, em especial a realização do 17º ENCONTRO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS DO CEARÁ, de 06 a 08 de outubro de 2017, que aconteceu no Quilombo Sítio Veiga, no município de Quixadá, cujo a chamada principal foi “Caminhos para o quilombo: sujeitos de direitos, avanços e desafios. O encontro contou com a participação de 34 comunidades do Ceará. Evidenciou-se, neste encontro uma grande preocupação girou em torno de consolidar a luta quilombola do estado, de forma a consolidar a identidade quilombola. Outro debate foi em torno da educação quilombola e da morosidade do Estado na implantação desta política pública garantida pela legislação federal. Em especial, o acesso ao ensino superior onde o acesso a Unilab foi evidenciado. Outro debate dentro do encontro foi o reforço de uma atuação política e organizativa das comunidades quilombolas, como um elemento fundamental para se fazer frente ao confronto contra os empreendimentos econômicos, que descaracterizam as comunidades tradicionais.

CONCLUSÕES

O estudo aponta algumas ações dadas pela mobilização quilombola, uma delas se refere a um conjunto de professores(as), que buscam fazer com que a UNILAB esteja compromissada por um lado, com as legislações brasileiras educacionais de caráter obrigatório. Evidencia-se existir um conjunto consistente de estudos acadêmicos, ação política e participação social em diferentes espaços de pessoas que atuam e vivenciam as lutas especificas nos territórios quilombos, como nos espaços públicos e de controle social para a efetivação das políticas públicas, dentre elas o desafio da educação escolar quilombola. Observou-se a articulação a partir do acesso aos espaços acadêmicos e na contribuição de uma reflexão teórica, filosófica e conceitual sobre as bases de constituição dos territórios quilombolas, ampliando conhecimentos, cultura e memorias

nestes espaços. Por fim, verifica-se a organização das comunidades quilombolas para reafirmar sua identidade e pertencimento nos desafiando a continuar a acompanhar suas várias formas culturais, na elaboração de materiais didáticos próprios, que contribuam em subsidiar o debate em torno da educação quilombola do estado do Ceará.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador os momentos de aprendizagem e a oportunidade de conhecer um pouco a luta quilombola no Ceara.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. **Justiça ambiental e cidadania**. RJ: Relume Dumará: Fundação Ford, 2004. ALBERTI, V., FERNANDES, TM., FERREIRA, MM. (Orgs). **História oral**: desafios para o século XXI [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.

BRANDÃO, C. R. (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

CARTILHA. **Caminhos**. Mapeamento das comunidades negras quilombolas do Cariri cearense. Cariri: Cáritas/GRUNEC, 2011. CALAÇA, Maria C.; DOMINGOS, Reginaldo; CUNHA JR., Henrique. Conceição dos Caetanos: cultura quilombola no interior cearense. In: CUNHA JUNIOR, H., SILVA, Joselina da.; NUNES, Cícera. (Org.). **Artefatos da cultura negra no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CUNHA, Ana Stela (Org.). **Construindo Quilombos, desconstruindo mitos**: a Educação Formal e a realidade quilombola no Brasil. São Luís, SETAGRAF, 2011.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. Conceitos e conteúdos nas culturas africanas e afrodescendentes. In: COSTA, Sylvio G., PEREIRA, Sonia. Movimentos Sociais, edu**cação popular e escola**: a favor da diversidade. Fortaleza: Editora UFC, 2006.

DANTAS, Simone. Historiografar quilombos em regiões do Ceará. In: CUNHA JUNIOR, H. SILVA, Joselina da.; NUNES, Cícera. (Org.). **Artefatos da cultura negra no Ceará**. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

FANON, Franz. **Os condenados da terra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. GOMES, Nilma L. (Org.). Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LIMA, Ivan Costa. **História da educação do negro(a) no Brasil**: Pedagogia Interétnica, uma ação de combate ao racismo. Curitiba: Appris, 2017.

NASCIMENTO, João L. J. **Processos educativos:** a luta das mulheres pescadores/as do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental. Fortaleza: UFC: Faculdade de Educação, 2013. (Dissertação de mestrado)